

RECONHECER A GUINÉ-BISSAU ÚNICO CAMINHO PARA A PAZ

Continuação da pág. 1

outros teóricos revolucionários incitarão os militantes do P.A.I.G.C. a envolverem-se pela luta armada, estes reconhecerão que mais do que conquistar a adesão das massas populares talvez se espatifassem ao dar o primeiro tiro.

A Guiné, um território com uma superfície de 36 mil quilómetros quadrados, tem uma população de cerca de 800 mil habitantes. Os rios Cacheu, Geba e Corubal atravessam esta planície aluvial coberta de florestas tropicais, onde noventa por cento da população é rural. Assim se compreende a preocupação do P.A.I.G.C. de iniciar a sua propaganda revolucionária junto das populações rurais, para poder amadurecer as condições necessárias ao aparecimento da luta. Os primeiros dois anos da década de sessenta foram marcados por essa actividade política. Entretanto, Angola a 4 de Fevereiro de 1961, quivia os primeiros tiros da revolução do povo angolano.

Em 23 de Janeiro de 1963 um grupo de guerrilheiros do P.A.I.G.C. realizava a primeira acção armada contra o colonialismo português. Daí para a frente a luta nunca mais cessaria. O alargamento do apoio popular foi decisivo a todos os níveis para o fortalecimento da guerrilha. Ao avanço do P.A.I.G.C. correspondia a libertação de zonas do território cada vez mais amplas, e a paralela criação de estruturas sociais e políticas condizentes. Começam a criar-se comités de aldeia, eleitos pela base, e que se estendem a todas as zonas libertadas. São estes comités que vão eleger por sua vez os comités de sectores. O povo guinéu tomava nas mãos a sua administração e aderava-se politicamente na prática da democracia. Os comités interviam em todos os aspectos da vida pública, pelo que não é difícil compreender o aparecimento de tribunais populares. Isto sucede já por volta de 1970, e merece de Basil Davidson o seguinte comentário: «Depois de 1970 foi criada uma rede de tribunais de aldeia; cada tribunal compreendia um juiz e dois assessores, designados pelos respectivos comités de aldeia. Pertencem-lhes todos os assuntos penais, mas remetem os mais complexos a um tribunal de sector, que remete os mais graves, os que respeitam a agressões e violências, para um tribunal militar supremo.

A organização escolar é uma realidade sucessivamente mais eficaz. Em 1972, a frequência escolar nos diversos graus de ensino do P.A.I.G.C., atingia um total de 8574 alunos distribuídos por seis classes. Salienta-se que vários elementos do Partido frequentaram cursos médios e superiores nos países da Europa do Leste.

Não se deve ignorar também a organização sanitária montada pelo P.A.I.G.C. nas zonas libertadas, a qual compreende (referimo-nos a 1972) vinte e cinco pequenos dispensários, nove pequenos hospitais e três grandes hospitais. A par disto, ainda segundo Basil Davidson, é de salientar a acção de brigadas sanitárias móveis que, de povoação em povoação, divulgavam cuidados profilácticos a respeito para se evitarem epidemias.

A culminar toda esta série de serviços públicos (embru-

ção de uma ampla administração pública), o Partido nunca descurou a preparação política e militar dos seus militantes e da população em geral.

Nas «Palavras de Ordem Gerais» (1965) de Amílcar Cabral, este afirma a certo passo: **«Exijamos dos membros responsáveis do Partido que eles se dediquem seriamente ao estudo; que eles se interessem pelos factos e problemas da nossa vida e da nossa luta diária no que eles têm de fundamental e essencial, e não só nos aspectos superficiais. Aprendei com a vida, com o povo, com os livros, aprendei com a experiência dos outros. Mas não pareis nunca de aprender»**

A ligação íntima entre o Partido e o povo (é decisivamente mais significativo que do povo, ele também a própria guerrilha, dependa todo o apoio logístico às frentes de batalha) assegurava as conquistas e avanços da luta armada, e fortalecia a consciência política das populações.

Em 1972 é eleita a Assembleia Nacional através de escrutínio secreto nas zonas libertadas. Cinquenta e três mil votantes elegeram a referida assembleia constituída por vinte e sete representantes do Sul, vinte e quatro do Norte, dez do Este e onze eleitos clandestinamente para representarem os territórios ocupados de Bissau, Bolama e das ilhas dos Bijagós. O P.A.I.G.C. tinha já dividido o território nas três zonas atrás referidas, estando à frente de cada uma delas três dirigentes responsáveis, respectivamente, pela segurança militar, pelo trabalho político, e pelas questões sociais.

Com a eleição da Assembleia Popular estavam criadas as condições para a proclamação da independência da Guiné-Bissau. Antes, porém, a África assistiria ao assassinato do grande «leader» Amílcar Cabral. Assassinado em Conakry, a 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral impôs-se no mundo inteiro, pela sua obra e pelos seus escritos, como um dos pensadores políticos mais originais e penetrantes da nossa época — diz Basil Davidson.

Nem por isso a luta deixou de desenvolver-se. O P.A.I.G.C. não era uma personalidade, mas as massas organizadas em luta pela libertação.

O P.A.I.G.C. declara que as operações militares serão intensificadas, não dando tréguas ao inimigo. O P.A.I.G.C. esclarece que estas operações militares serão acompanhadas por uma mobilização política crescente, reforçando a unidade orgânica do povo combatente. É um extracto da declaração do Partido, dois dias depois da morte do seu primeiro secretário-geral.

Os acontecimentos posteriores viriam confirmar a capacidade de iniciativa militar da guerrilha. Ao reforço político expresso pela adesão das massas à luta de libertação, juntou-se o avanço tecnológico. A guerrilha começa a utilizar mísseis que neutralizam as acções das forças aéreas portuguesas, sendo abatidos vários aviões. O apoio aéreo tornava-se ineficaz.

Em Setembro de 1973 e proclamada a independência unilateral da República da Guiné-Bissau.

E com este Estado, reconhecido já por oitenta e quatro

nações de todo o mundo, que Portugal negociará novamente em Londres a partir de amanhã. Mais do que um simples cessar-fogo (importante sem dúvida), mais do que uma «ambí-gua» autodeterminação, a questão essencial reside no reconhecimento ou não de um Estado que, no consenso das nações, já existe de facto e de direito.

A República da Guiné-Bissau goza hoje no seio da O.N.U. do estatuto de observador. Uma situação em tudo idêntica à da Alemanha Federal ainda há dois anos. Nem por isso a Alemanha deixou de existir. Nem por isso a Alemanha foi alguma vez considerada uma invenção...

Utilizando as fontes de informação disponíveis, passamos a publicar uma selecção de extractos de textos e declarações de Amílcar Cabral e de testemunhos de jornalistas que visitaram as zonas libertadas pelo P.A.I.G.C.

José A. Salvador

O PARTIDO

«Nos temos como princípio o seguinte: o Partido é um instrumento político que o nosso povo criou para dirigir, não só a luta de libertação, mas a sua vida no sentido do progresso. (...) Consideramos as nossas forças armadas como instrumento do Partido para a luta armada (...) Sejam quais forem as separações das diversas actividades da nossa vida, o orientador, a força que desempenha o papel fundamental, é e tem de ser o nosso Partido».

(Amílcar Cabral, 1971)

«CRÍTICA A AUTOCRÍTICA

«Seja qual for a sua forma, a luta exige a mobilização e a organização da grande maioria da população, a unidade política e moral das diversas categorias sociais, a liquidação progressiva dos vestígios da mentalidade tribal e feudal, a rejeição das regras e dos tabus sociais e religiosos incompatíveis com o carácter racial e nacional do movimento libertador, e muitas outras modificações profundas na vida das populações

«Isso é tanto mais certo quanto a dinâmica da luta exige a prática da democracia, da crítica e da autocrítica, a crescente participação das populações na gestão de sua própria vida, a alfabetização, a criação de escolas e serviços sanitários, a formação de «quadros» extraídos dos meios camponeses e operários, e outras realizações que implicam uma grande aceleração do processo cultural da sociedade»

(Amílcar Cabral, 1972)

«NAPALM»

«A acção dos colonialistas portugueses, acção que nós consideramos criminoso, é fundamentalmente caracterizada pelos bombardeamentos aéreos nos quais utiliza bombas de «napalm» e outras e por tentativas de assaltos terroristas contra as populações das regiões libertadas durante as quais tentam não só matar o máximo de gente que podem, mas também matar o gado, queimar as tabancas ou aldeias e também tentar queimar as as suas colheitas. A nossa acção é caracterizada, principalmente, por ataques frequen-



Aristides Pereira abraça um amigo

tes e cada dia mais intensos contra as posições dos colonialistas portugueses nos centros urbanos. É nesse quadro que se situam os ataques que fizemos no mês de Junho contra Bissau e Bafatá»

(Amílcar Cabral, em 1971)

O DIA-A-DIA DE UM GUERRILHEIRO

«Apenas dependentes das próprias pernas, os combatentes marchavam, dias e noites consecutivos, e travavam combates de norte a sul. Assim que golpeavam o inimigo, retiravam-se rapidamente deixando a aviação inimiga incapaz de descobri-los ou atacá-los.

«Ao longo da nossa estadia com os combatentes fomos vendo como viviam na floresta. Acomodavam-se sem tendas, deitando-se no chão coberto de folhas de palmeira, com mosquiteiros suspensos de quatro ramos de árvore. O que comiam era arroz e sal preparados com óleo de palma por eles mesmos extraído. Por vezes caçavam animais selvagens para melhorar a comida. «Levantavam-se assim que amanhecia e faziam ginástica e treino, instruíam-se política e culturalmente e sintetizavam as experiências de guerra, ficando prontos, a todo o momento, para novos combates. A noite, os comandantes e combatentes nadavam juntos nas lagoas da floresta, adestravam-se na luta ou jogavam xadrez sobre a erva. De noite, eram as reuniões de danças e cantares sonoros e alegres em que os combatentes louvavam os seus heróis, aclamavam as suas vitórias e representavam a sua vida de combate»

(Repórteres da Agência Hsin-ghua, Pequim, 1972)

FALAR PORTUGUÊS

«Temos uma longa caminhada junta com o povo de Portugal. Não foi decidido por nós, não foi decidido pelo povo português, foi decidido pelas circunstâncias históricas do tempo da Europa das descobertas e pela classe dirigente de «antanho» como se diz em português antigo: (...) Eu estou

aqui falando português, como qualquer outro português, e infelizmente melhor do que centenas de milhares de portugueses que o estado português tem deixado na ignorância e na miséria...)

«Mas nós nunca confundimos «colonialismo português» com «povo de Portugal», e temos feito tudo, na medida das nossas possibilidades, para preservar apesar dos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses, as possibilidades de uma cooperação de amizade, de solidariedade, e de colaboração eficaz com o povo de Portugal, numa base de independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens seja para o progresso do povo português»

Amílcar Cabral, 1971)

ARISTIDES PEREIRA

Robusto, de estatura mediana, rosto redondo, fronte desgrenhada, Aristides Maria Pereira não gosta nada de falar de si. Temos que insistir com ele para lhe arrancarmos uma resposta lacónica, mas precisa: «Tenho 50 anos. Nasci na Boavista, ilhas de Cabo Verde. Foi aí que comecei a estudar. Depois continuei os meus estudos em Bissau, na Guiné. Saí do liceu aos 19 anos para entrar na administração. Técnico de radiotelegrafia, subi a chefe de serviço das telecomunicações».

Um sorriso largo de maliciosa bonomia, ilumina-lhe o rosto, quando lhe fazemos notar que as suas funções devem ter-lhe facilitado o trabalho na luta clandestina. Aristides replica: «É evidente que eu estava ao corrente de muitas coisas, o que auxiliava consideravelmente o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e das ilhas de Cabo Verde), partido que tínhamos fundado em 1956 com Amílcar Cabral e o irmão deste, Luís. Mas «eleito» tom em que Aristides diz «eles» não deixa lugar a dúvidas: refere-se aos serviços de segurança» acabaram por desconfiar. Era tempo de fugir para Conakry. Passou-se isto em 1960.

Quatro anos depois, tornou-

-se secretário-geral adjunto do Partido. Em 1956 entrou no Conselho de Guerra, e, em 1970, na Comissão Permanente do comité de luta, como responsável da segurança e dos assuntos exteriores. Logo após o assassinio de Amílcar Cabral, foi nomeado secretário-geral interino, até poder tomar assento nas instâncias superiores do Partido.

O segundo Congresso do Partido, reunido de 18 a 22 de Julho de 1973, na região libertada do Leste, elegeu a nova direcção e confirmou-o nas suas funções. Luís Cabral passou a ser o secretário-geral adjunto. Por altura da declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau, em 26 de Setembro de 1973, Luís Cabral foi, por razões de prestígio do seu nome eleito presidente do Conselho de Estado, e, portanto, chefe do novo Estado. Aristides Pereira assumiu a direcção do Executivo, continuando a ser secretário-geral do Partido.

Na cimeira dos não-alinhados de Argel, em Setembro de 1973, onde nos avistámos com ele o dirigente guinéu disse-nos: «O que desejamos é acabar com esta guerra. Queremos a paz. Portugal tem de concordar em sentar-se conosco a uma mesa para discutir a questão. É por aí que temos de começar. «Houve que aguardar a queda do regime de Caetano para que este voto se concretizasse no encontro de Londres.

PAUL BALTA
(Exclusivo Le Monde-DL)

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz Avenida da Boavista, Carvalhos, Rotunda da Boavista, Carvalho, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Atlas (a partir das 19 e 30) e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras (a partir das 20 horas).